

Políticas de Educação Superior nos cursos de Pedagogia e Serviço Social

as modalidades presencial e a distância na Região

Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul

*Elaine Cristina Vaz Vaez Gomes*¹

*Carina Elisabeth Maciel*²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os cursos de Serviço Social e Pedagogia na região Centro-Oeste do Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul nas modalidades Presencial e Educação a Distância (EAD) entre os anos de 1995-2012. Este trabalho mostra a prevalência do modelo EAD, e a proposta de análise é avançar nas discussões tendo em vista a relevância do processo de institucionalização e expansão da educação superior a fim de propiciar sua democratização nas modalidades em pauta. Os dados mostram que a reforma universitária oportunizou a expansão da EAD no cenário brasileiro. Os dados apresentados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando alguns indicadores referentes às modalidades EAD e Presencial. Na região Centro-Oeste, no período de 2003 a 2011, foram identificadas 38.032 matrículas no curso de Serviço Social presencial; já para a modalidade EAD, no período compreendido entre 2007 e 2011, constam 77.816 matrículas. Com relação ao curso de Pedagogia no Estado de Mato Grosso do Sul, observamos matrículas 6,6% na universidade federal e 93,4% na rede privada. Sendo assim, destacam-se as instituições privadas de ensino que oferecem o curso de Pedagogia, tanto na região Centro-Oeste como no MS, o que evidencia a necessidade da implantação de cursos nas instituições públicas de ensino superior. Concluímos que as duas modalidades contribuem para a expansão da educação superior. A pesquisa permitiu identificar a expansão do curso de Serviço Social na região Centro Oeste, fomentando o debate da formação profissional da categoria.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Pedagogia. Expansão da Educação Superior. Educação Superior. EAD.

ABSTRACT: This article analyzes the traditional and distance Social Service and Pedagogy higher education courses in Brazil's Midwest and in the state of Mato Grosso do Sul (MS) between the years 1995 and 2012. This research shows the prevalence of distance learning, and proposes to advance the discussion regarding the institutionalization and expansion of higher education, so as to democratize it both as traditional and distance learning. Data shows that the reform of the higher education system has favored the expansion of distance learning in Brazil. The data used is from Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (INEP), considering some indicators pertaining to the Distance and Traditional modalities. In the Brazilian Midwest, from 2003 to 2011 there were 38.032 enrollments for the Social Service traditional course, while distance learning had 77.816 enrollments between 2007 and 2011. For the Pedagogy course in MS, 6,6% of the enrollments were for the state's federal university and 93,4% for the private sector. The numbers show a prevalence of private-sector Pedagogy courses in

¹ Mestrado em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar – GEPPES/MB. Professora no Curso de Serviço Social a distância da Universidade Anhanguera Uniderp. Assistente Social na Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania – SAS. Email: vazvaez@terra.com.br.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul I, atuando no Programa de Pós-Graduação. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar – GEPPES/MB. Email: carina22em@gamil.com.

the Midwest as well as in MS, which underscores the need for this course to be offered by public higher education institutions. We conclude that both modalities contribute to the expansion of higher education. This research identifies the expansion of the Social Service course in the Midwest, advancing the debate on the sector's professional formation.

KEYWORDS: Social Service. Pedagogy. Expansion. Higher Education. Distance Education.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os cursos de Serviço Social e Pedagogia na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul nas modalidades Presencial e EAD. O estudo é desenvolvido com base nos dados do período de 1995 a 2012. Nesse sentido, destaca-se o processo de regulamentação por meio de legislações propiciando o processo de implantação da educação a distância no Brasil nas Instituições de Educação Superior.

O estudo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar – GEPPES/MB e do Projeto Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil – OBEDUC/CNPq, desenvolvido pela Rede Universitas/BR. Analisam-se neste artigo aspectos da história da educação superior no Brasil, destacando-se a modalidade EAD, bem como os dados estatísticos do INEP que oportunizam desenvolver análise comparativa dos cursos de Serviço Social e de Pedagogia na Região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, destacando neste processo a expansão da educação superior nos cursos em pauta por meio da modalidade EAD.

O artigo está organizado em seis partes. Na primeira seção é apresentada parte da história da educação no Brasil e da educação superior brasileira; na segunda, a educação superior na modalidade a distância; no terceiro tópico abordamos parte da história da educação superior no curso de Pedagogia e dados estatísticos referentes às modalidades presencial e EAD; no quarto tópico, parte da história do ensino superior no curso de Serviço Social e dados estatísticos referentes às modalidades presenciais e EAD; no quinto tópico são apresentados dados estatísticos referentes a distribuição de matrículas, destacando-se o sexo (FEM/MAS); nas considerações finais tecemos uma análise comparativa entre os dois cursos, enfatizando a expansão, oferta e implantação da educação superior, destacando as modalidades presenciais e EAD na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul.

História da educação no Brasil e da educação superior brasileira

A educação no Brasil é iniciada com a chegada dos padres jesuítas, cuja influência na educação se estende por aproximadamente 210 anos. Os jesuítas fundavam colégios a pedido das elites locais, e sua missão e por meio das chamadas companhias Jesuíta catequizar e educar. Seu objetivo missionário era a evangelização e para tanto utilizavam

um conjunto de normas, preceitos estabelecidos para transmitir os valores por meio da educação. O método pedagógico era chamado *Ratio Studiorum*, criado para regulamentar o ensino no modelo dos Jesuítas (UNESP, 2010a).

Posteriormente a esse modelo, que cobria os quatro continentes destacando Europa, Ásia, América e África, em 1759 uma lei expulsa os jesuítas de Portugal e de seus domínios, sendo instauradas, pelo Marques de Pombal as Reformas Pombalinas na Educação, para mudar o sistema de ensino iniciado e influenciado pelas Companhias de Jesus. É válido ressaltar que antes da Reforma existiam quatro faculdades: Teologia, Direito Canônico, Direito Civil e Medicina, após a reforma surgem a de Filosofia e de Matemática (UNESP, 2010b).

A educação superior apresenta alterações importantes no decorrer da história da educação no Brasil. A seguir, apresentamos no Quadro 1 eventos importantes para a periodização da evolução da história da educação no Brasil, objetivando contribuir de forma sucinta sobre sua cronologia.

Quadro 1 – Cronologia da história do ensino no Brasil

Período	Evento
Colonial	Jesuítas 1500-1759 Pombalina 1759-1822
Monárquico	Império 1822-1889
Republicano	Primeira República 1889-1930 Era Vargas 1930-1945 Nacional Desenvolvimentismo 1946-1984 Militar 1964-1989 Transição Democrática 1984-Hoje

Fonte: Elaborado a partir de Histedbr (2014)

Na história da educação no Brasil destaca-se a década de 1930, pois em 1931 ocorreu um importante evento, a criação do Ministério de Educação, e em 1932 outro evento de grande relevância, denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Com relação a tal documento, Saviani (2004, p. 34) afirma que:

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo.

De acordo com Silva (2011), o Manifesto dos Pioneiros foi um documento que representou na época grande relevância ao levantar questões como a laicidade, a gratuidade como

questão de responsabilidade do Estado, a defesa de projeto tendo em vista a escola pública, instigando uma nova história na educação e propiciando novos projetos pedagógicos.

Outro ponto de destaque na história da educação no Brasil é referente às Leis Orgânicas, que foram instauradas em 1942 e 1946; trata-se de um conjunto de reformas promulgadas por Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Estado Novo.

Destaca-se ainda a Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB de 1996. Esta estabelece diretrizes que apontam o caminho a ser seguido, mostrando as finalidades, valores e aspectos da organização pedagógica (UNESP, 2010c). A seguir apresentamos de forma breve algumas legislações importantes na história da educação no Brasil (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução das legislações da educação no Brasil

Ano	Evento
1947	Elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.
1961	Promulgação da primeira LDB – Lei 4024.
1968	Lei nº 5540 – Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
1969	Entra em vigor a Lei nº 5.540 da reforma universitária regulamentada pelo Decreto nº 464.
1971	Lei nº 5692 – Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
1980	Realização da I Conferência Brasileira de Educação (CBE).
1982	Lei nº 7044 – Altera os dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
1991	Realização da sexta e última CBE.
1996	Realização do I Congresso Nacional de Educação – CONED e promulgação da segunda LDB, Lei nº 9394.

Fonte: Elaborado a partir de Saviani (2007, p. 16-17).

Ressaltamos que no Brasil a LDB define e divide o sistema de educação básica e superior. Com relação à educação superior, o artigo 43 estabelece sua finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A educação superior no Brasil é disponibilizada por meio de universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *strictu sensu* (mestrados e doutorados) (BRASIL, 2009).

Educação superior a distância

No Brasil o ensino superior na modalidade a distância é preconizado a partir da LDB/1996 por meio do artigo 80:

O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§1º – A educação a distância, organizada com a abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especialmente credenciadas pela União.

§2º – A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§3º – As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

A educação a distância inicia-se no Brasil a partir do Decreto nº 2.494 de 1998, que regulamenta o art. 80 da LDB/1996, supracitado.

Um grande marco da EAD ocorre em 2005/2006, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que estabelece a caracterização da educação a distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares e a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, para “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país” (BRASIL, 2006).

O Quadro 3 demonstra o processo de implantação da educação superior a distância no Brasil, a partir das legislações que a regulamentam.

Quadro 3 – Legislações da educação superior na educação a distância no Brasil

Ano	Evento
1986	Criada a Comissão de especialistas do Ministério da Educação e Cultura – MEC.
1986	Criado o Conselho Federal de Educação para discutir a proposta de uma Universidade aberta.
1992	Criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC.
1993	Convênio entre MEC e Universidades Públicas Brasileiras.
1994	Criado o Sistema Nacional de Educação a Distância – SNEAD.
1996	Lei nº 9394 de 20/12, LDB.
1996	Decreto nº 1.917 de 27/05 – Criação da Secretaria de Educação a Distância – SEED.
1997	Criação oficial do Programa de Informática na Educação, vinculado à SEED/MEC.
1998	Decreto nº 2494 – Regulamenta o artigo 80 da LDB.
1998	Decreto nº 2561 – Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2494/1998 que regulamenta o disposto no art.80 da Lei nº 9394/1996.
1998	Portaria nº 301/1998 – Trata da normatização dos procedimentos para credenciamento de instituições para oferta de cursos na modalidade EAD.
2005	Decreto nº 5622 – Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional.
2006	Decreto nº 5800 – Institui a Universidade Aberta do Brasil – UAB.
2006	Decreto nº 5773 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
2007	Decreto nº 6303 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Fonte: Elaborado a partir de Costa (2012).

História da educação superior do curso de pedagogia no Brasil

No Brasil o curso de Pedagogia inicia-se por meio do Decreto Lei nº 1.190 de 04/04/1939, projeto do Ministro da Educação Gustavo Capanema, no governo de Vargas. O curso era ofertado por meio da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, na época chamada Universidade do Brasil (DURLI; SCHERIBE, 2011). O referido Decreto trata da primeira regulamentação do curso de Pedagogia e da organização da Faculdade Nacional de Filosofia. O art. 2 explicita que a referida faculdade compreenderá quatro secções fundamentais, entre elas a pedagogia.

O Quadro 4 apresenta, de forma breve, a evolução do curso de Pedagogia:

Quadro 4 – Cronologia da evolução do curso de Pedagogia no Brasil

Ano	Evento
1939	Decreto Lei nº 1190 – Da organização a Faculdade Nacional de Filosofia.
1942	Decreto Lei nº 4244 – Lei Orgânica do Ensino Secundário.
1946	Decreto Lei 8558 – Criação do Ministério de Educação e Saúde.
1946	Decreto Lei 8530 – Lei Orgânica do Curso Normal.
1961	Lei 4024 LDB e currículo mínimo – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1962	Parecer CFE nº 251 dispõe sobre o currículo mínimo e a duração do curso de Pedagogia.
1962	Parecer CFE nº 292 regulamenta a licenciatura organizada por meio de 3 disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, mantendo o título de bacharel e licenciatura em Pedagogia.
1968	CFE 252 – Organização e Funcionamento dos cursos. Extinguiu a distinção entre bacharel e licenciatura, apresentando a proposta dos especialistas em administração escolar, inspeção, dentre outros.
1968	Lei 5540 – Reforma Universitária.
1972	Lei 5692 – LDB.
1973	CFE nº 22 inicia-se e norteia-se normas para todos os cursos de licenciatura.
1975	CFE nº 67 apresenta orientação básica.
1975	CFE nº 68 redefini a formação pedagógica das licenciaturas.
1975	CFE nº 69/70/71 dispõe sobre a regulamentação do curso na formação superior.
1978	I Seminário de Educação Brasileira, na Universidade UNICAMP.
1980	I Conferência Brasileira de Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
1983	I Encontro Nacional de Belo Horizonte.
1996	Realização do I Congresso Nacional de Educação CONED e promulgação da segunda LDB, Lei nº 9394.
2006	CNE/CP nº 1 de 15 de maio institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia.

Fonte: Elaborado a partir de Brito (2006), Durli e Scheribe (2011), Vieira (2008) e Ribeiro e Miranda (2008).

A conquista da primeira LDB e a promulgação da LDB de 1996 são grandes marcos na história do curso de Pedagogia. Merece destaque, ainda, a oferta do curso por meio da modalidade a distância, corroborando para o processo de institucionalização do ensino superior a distância em MS.

A Tabela 1 a seguir apresenta o quantitativo de matrículas no curso de Pedagogia.

Tabela 1 – Número de matrículas – curso de Pedagogia presencial e EAD

Ano	Brasil		Centro-Oeste		Mato Grosso do Sul	
	Presencial	EAD	Presencial	EAD	Presencial	EAD
1995	116.852	–	11.310	–	2.315	–
1996	123.700	–	12.404	–	2.387	–
1997	121.845	–	13.248	–	2.871	–
1998	139.893	–	15.329	–	2.928	–
1999	168.758	–	17.210	–	4.131	–
2000	217.546	1.383	22.523	813	4.955	–
2001	261.091	5.200	32.088	1.570	6.017	–
2002	322.874	39.338	42.232	1.759	7.213	189
2003	373.878	47.532	45.110	2.950	7.579	340
2004	388.350	49.077	44.318	2.310	6.735	691
2005	372.159	69.500	36.974	2.280	5.832	796
2006	357.742	107.525	32.367	1.202	4.943	1.202
2007	335.180	157.313	28.547	6.501	4.125	3.049
2008	313.608	222.596	26.060	11.832	4.202	5.633
2009	287.127	286.771	25.054	13.940	4.078	7.924
2010	301.529	273.833	28.643	14.003	5.818	10.863
2011	310.423	282.219	29.759	15.992	4.214	14.924
2012	312.499	296.295	27.856	27.543	3.722	26.413
Total Geral	4.825.054	1.838.582	491.032	102.695	84.065	72.024
1995/2003 Δ%	219,9	3336,9	298,8	262,8	227,4	79,9
2003/2011 Δ%	-17	493,7	-34	442,1	-44,4	4289,4
2011/2012 Δ%	0,7	5	-6,4	72,2	-11,7	76,9

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

Os dados da Tabela 1 evidenciam que ocorreu o aumento de matriculados no curso de Pedagogia na modalidade a distância no período de 2003-2011. Tal caracterização é observada tanto em nível de Brasil, com 493,7%, quanto na região Centro-Oeste com 442,1% e em Mato Grosso do Sul, apontando um aumento significativo de 4289,4%. No período de 2011-2012, destaca-se um aumento de 76,9% de matrículas no curso de Pedagogia na modalidade EAD em MS.

Podemos observar que este cenário reflete o resultado das políticas neoliberais iniciadas nos anos de 1990 e dos programas de incentivo às políticas de inclusão, destacando a Universidade Aberta do Brasil – UAB, que propicia o acesso, implantação e expansão da educação superior por meio da modalidade EAD.

Tabela 2 – Número de matrículas na esfera administrativa – curso de Pedagogia Presencial

Ano	Centro-Oeste					Mato Grosso do Sul			
	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total Geral	Estadual	Federal	Privada	Total Geral
1995	846	3.024	703	6.737	11.310		674	1.641	2.315
1996	836	3.461	1.119	6.988	12.404		633	1.754	2.387
1997	1.093	3.720	1.106	7.329	13.248	92	686	2.093	2.871
1998	1.373	4.020	1.400	8.536	15.329	91	722	2.115	2.928
1999	1.615	4.063	1.046	10.486	17.210	141	805	3.185	4.131
2000	2.689	7.318	1.169	11.347	22.523	585	1.461	2.909	4.955
2001	8.366	8.280	1.294	14.148	32.088	756	1.492	3.769	6.017
2002	15.984	9.224	1.280	15.744	42.232	1.075	1.517	4.621	7.213
2003	15.478	8.236	1.070	20.326	45.110	1.608	1.517	4.454	7.579
2004	14.397	7.904	788	21.229	44.318	1.440	1.183	4.112	6.735
2005	10.994	5.525	581	19.874	36.974	1.398	1.188	3.246	5.832
2006	8.629	6.187	535	17.016	32.367	1.431	1.090	2.422	4.943
2007	7.967	3.736	736	16.108	28.547	934	1.093	2.098	4.125
2008	6.493	3.656	651	15.260	26.060	932	1.097	2.173	4.202
2009	4.939	3.621	761	15.733	25.054	817	970	2.291	4.078
2010	4.240	4.014	731	19.658	28.643	595	1.068	4.155	5.818
2011	4.180	4.095	749	20.735	29.759	559	1.104	2.551	4.214
2012	3.708	3.823	826	19.499	27.856	546	1.104	2.072	3.722
Total Geral	113.827	93.907	16.545	266.753	491.032	13.000	19.404	51.661	84.065
%	23,2%	19,1%	3,4%	54,3%		15,5%	23,1%	61,5%	

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

A Tabela 2 demonstra a caracterização diferenciada no curso de Pedagogia presencial, onde observamos que o total da região Centro-Oeste apontou 23,2% na rede estadual, 19,1% federal, 3,4% municipal e 54,3% privada. No estado de Mato Grosso do Sul observamos 15,5% estadual, 23,1% federal e 61,5% privada. Interessante salientar que os dados apontam que no estado de Mato Grosso do Sul ocorre maior percentual de instituições privadas de ensino superior. Sendo assim, entendemos que ocorre a necessidade de fomentar a discussão para implantação de instituições de ensino superior públicas, onde ocorrem maiores incentivos para oportunizar ao aluno(a) o ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para uma formação de qualidade.

Corroborando com as colocações de Bittar, Oliveira e Lemos (2011, p. 126) que explicitam que “as transformações ocorridas desde 1995 evidenciam que o sistema assumiu uma perspectiva mais mercantil, sendo mais regulado pelo mercado”, ressaltamos que esse processo é iniciado na década de 90, destacando-se a promulgação da LDB/1996, em especial o artigo 80 que fomenta a implantação da educação superior na modalidade EAD, oportunizando a criação de cursos em universidades privadas, dados que podemos visualizar na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Número de matrículas na esfera administrativa – curso de Pedagogia EAD

Ano	Centro-Oeste				Mato Grosso do Sul		
	Estadual	Federal	Privada	Total	Federal	Privada	Total
1995	–	–	–	–	–	–	–
1996	–	–	–	–	–	–	–
1997	–	–	–	–	–	–	–
1998	–	–	–	–	–	–	–
1999	–	–	–	–	–	–	–
2000	813	–	–	813	–	–	–
2001	1.570	–	–	1.570	–	–	–
2002	1.570	189	–	1.759	189	–	189
2003	773	2.177	–	2.950	340	–	340
2004	647	1.663	–	2.310	691	–	691
2005	1.420	860	–	2.280	796	–	796
2006	–	330	872	1.202	330	872	1.202
2007	–	4.071	2.430	6.501	632	2.417	3.049
2008	1.734	5.225	4.873	11.832	806	4.827	5.633
2009	1.455	4.544	7.941	13.940	105	7.819	7.924
2010	232	2.947	10.824	14.003	146	10.717	10.863
2011	53	874	15.065	15.992	162	14.762	14.924
2012	–	1.278	26.265	27.543	527	25.886	26.413
Total Geral	10.267	24.158	68.270	102.695	4.724	67.300	72.024
%	10,0	23,5	65,5	–	6,6	93,4	–

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

Os percentuais referem-se ao total de matriculados na educação a distância no curso de Pedagogia. A tabela 3 oportuniza visualizarmos que na região Centro-Oeste, do total de matriculados de 1995 a 2012, 10% é referente à rede estadual, 23,5% à federal e 65,5% à privada. No Estado de Mato Grosso do Sul observamos 6,6% na federal e 93,4% na privada. Podemos observar que se destacam as instituições privadas de ensino que oferecem o curso de Pedagogia, tanto na região Centro-Oeste como no MS, o que evidencia a necessidade da implantação de cursos nas instituições públicas de ensino superior. Na região Centro-Oeste as instituições privadas receberam 65,5% das matrículas e no Estado de Mato Grosso do Sul o percentual expressivo de 93,4%. Os dados demonstram a necessidade de fomentar a discussão no sentido de contribuir para a criação de cursos por meio da modalidade a distância em universidades públicas em MS.

História da educação superior do curso de Serviço Social

Apresentaremos uma breve explanação da história do curso de Serviço Social no Brasil, tendo como base as informações transcritas do site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS por Castro (2010) e do site da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

O ensino superior na graduação de Serviço Social é ofertado no Brasil em 1936 em São Paulo e posteriormente, em 1937, no Rio de Janeiro, na época capital brasileira (CASTRO, 2010). Após a primeira escola de Serviço Social ofertada na PUC-SP, surgem outros cursos no Brasil, devido a sua experiência acadêmica (PUC-SP, 2014).

A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, foi criada em 1946 com o objetivo da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e também da articulação entre graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2014).

O curso de Serviço Social tem seu marco em 1953, ano em que o ensino de Serviço Social é reconhecido. Na década de 1980 destaca-se a proposta do currículo mínimo para a graduação e, posteriormente, nos anos 90 há a consolidação das Diretrizes Curriculares para o curso.

O Quadro 5 evidencia a evolução do curso de Serviço Social, destacando as legislações que normatizam e instrumentalizam o curso no país.

Quadro 5 – Cronologia da evolução do curso de Serviço Social no Brasil

Ano	Evento
1947	Código de Ética Profissional do Assistente Social.
1953	O ensino de Serviço Social foi reconhecido por meio da Lei no 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.
1957	A profissão foi regulamentada com a Lei nº 3252.
1965	Código de Ética Profissional do Assistente Social.
1975	Código de Ética Profissional do Assistente Social.
1982	Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social.
1986	Código de Ética Profissional do Assistente Social.
1993	Código de Ética Profissional do Assistente Social.
1993	Lei nº 8662 Regulamentação da Profissão.
1994	Resolução nº 290 sobre o Código de Ética Profissional.
1994	Resolução nº 293 sobre o Código de Ética Profissional.
1996	Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, baseada no Currículo Mínimo, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 08/11.
1996	Resolução nº 333 sobre o Código de Ética Profissional.
1997	Padrões de Qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em Serviço Social.
1999	Diretrizes Curriculares ABEPSS.
2001	CNE/492 emite parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social.
2001	CNE/1363 retifica o parecer CNE/492 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social.
2002	Resolução CNE/ CES nº15 a respeito das Diretrizes.
2007	Resolução CNE/ CES nº 02 dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação bacharelados na modalidade presencial.
2007	Resolução CFESS nº 512 reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.
2010	Lei nº 12.317 dispõe alteração referente a Lei de Regulamentação da Profissão.
2010	Política de Estágio em Serviço Social da ABEPSS.
2011	Resolução nº 594 sobre o Código de Ética Profissional.

Fonte: Elaborado a partir de informações disponíveis no site da UNIPAC/UDI (2011).

Tendo em vista o objetivo de analisar a expansão dos cursos em pauta por meio dos dados do INEP no período de 1995-2012, mostraremos na tabela 4 a seguir algumas características e reflexões inerentes ao curso de Serviço Social nas modalidades presencial e EAD.

Tabela 4 – Número de matrículas – curso de Serviço Social – Presencial e EAD

Ano	Brasil		Centro-Oeste		Mato Grosso do Sul	
	Presencial	EAD	Presencial	EAD	Presencial	EAD
1995	19.027	–	982	–	275	–
1996	19.237	–	989	–	267	–
1997	20.152	–	1.043	–	248	–
1998	20.928	–	1.072	–	242	–
1999	22.121	–	1.120	–	257	–
2000	23.262	–	1.438	–	267	–
2001	25.599	–	1.480	–	226	–
2002	28.266	–	1.557	–	227	–
2003	31.986	–	1.737	–	290	–
2004	36.125	–	1.632	–	390	–
2005	42.164	–	1.701	–	563	–
2006	47.867	–	1.810	–	686	–
2007	52.868	31.115	2.167	2.303	787	2.303
2008	57.731	101.890	2.554	6.931	907	6.931
2009	62.681	68.055	2.950	11.776	857	11.776
2010	68.724	74.474	4.470	16.071	1.864	16.071
2011	72.019	80.650	4.501	16.262	919	16.262
2012	75.551	97.428	4.829	24.473	636	24.473
Total Geral	726.308	453.612	38.032	77.816	9.908	77.816
1995/2003 Δ%	68,1	–	76,8	–	5,4	–
2003/2011 Δ%	125,1	159,2	159,1	606,1	216,9	606,1
2011/2012 Δ%	4,9	20,8	7,2	50,5	-30,8	50,5

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

Os dados da Tabela 4 evidenciam as particularidades inerentes ao quantitativo de matrículas no curso de Serviço Social. Sendo assim, observamos que no período de 2003-2011 ocorreu um aumento expressivo do número de matriculados, tanto no Brasil como um todo, quanto na Região Centro-Oeste e também no Estado de Mato Grosso do Sul, apontado um salto de 606,1%. No período de 2011-2012 ocorreu um percentual negativo na modalidade presencial em MS e salto para 50,5% na modalidade EAD. Os dados indicam que o aumento foi acentuado no período de 2003-2011. Entendemos assim que o Sistema UAB contribui nesse processo, bem como as reformas da educação superior, ocasionadas por meio das políticas neoliberais que fomentam a criação e a implantação da modalidade EAD no cenário brasileiro, o que se torna um fenômeno na contemporaneidade. Sendo assim, entendemos ser necessário enfatizar a discussão para

a implantação de cursos EAD em instituições públicas, dados que podemos visualizar na tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Número de matrículas na esfera administrativa – curso de Serviço Social – Presencial e EAD

Ano	Presencial				EAD
	Centro-Oeste			Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste e MS
	Federal	Privada	Total Geral	Privada	Privada
1995	426	556	982	275	–
1996	427	562	989	267	–
1997	467	576	1.043	248	–
1998	494	578	1.072	242	–
1999	518	602	1.120	257	–
2000	613	825	1.438	267	–
2001	593	887	1.480	226	–
2002	591	966	1.557	227	–
2003	593	1.144	1.737	290	–
2004	598	1.034	1.632	390	–
2005	510	1.191	1.701	563	–
2006	493	1.317	1.810	686	–
2007	530	1.637	2.167	787	2.303
2008	570	1.984	2.554	907	6.931
2009	618	2.332	2.950	857	11.776
2010	789	3.681	4.470	1.864	16.071
2011	911	3.590	4.501	919	16.262
2012	978	3.851	4.829	636	24.473
Total Geral	10.719	27.313	38.032	9.908	77.816
%	28,2%	71,8%		100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

Na Tabela 5 observamos que o curso de Serviço Social na modalidade presencial registra 28,2% matriculados em Instituições de Ensino Superior Federal e 71,8% em Instituições de Ensino Superior Privada. No Estado de Mato Grosso do Sul 100% das matrículas no curso de Serviço Social são nas Instituições de Ensino Superior privadas, seja nos cursos presenciais ou na modalidade de educação a distância. Interessante observar que a tabela evidencia um maior número de matrículas no estado de Mato Grosso do Sul na modalidade a distância, totalizando 77.816 matrículas. Observamos mais uma vez as mudanças na educação superior ocasionadas após aprovação da LDB, em especial o marco da EAD que oportuniza a expansão da educação superior por meio dessa modalidade; entretanto, os dados apontam maior representatividade em universidades privadas.

Tabela 6 – Municípios que oferecem o curso de Serviço Social Presencial na esfera Federal

Ano	Brasília – DF	Goiânia – GO	Cuiabá – MT	Paratinga – MT	Total Geral
1995	149	–	277	–	426
1996	158	–	269	–	427
1997	181	–	286	–	467
1998	199	–	295	–	494
1999	238	–	280	–	518
2000	251	–	262	100	613
2001	242	–	269	82	593
2002	265	–	251	75	591
2003	257	–	261	75	593
2004	246	–	278	74	598
2005	246	–	264	–	510
2006	248	–	245	–	493
2007	259	–	271	–	530
2008	241	–	329	–	570
2009	262	47	309	–	618
2010	357	95	337	–	789
2011	444	143	324	–	911
2012	482	174	322	–	978
Total Geral	4.725	459	5.129	406	10.719

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

A Tabela 6 demonstra a quantidade de matrículas, destacando a categoria administrativa federal, onde observamos melhor os estados que oferecem o curso de Serviço Social em instituições de ensino superior públicas. O estado de MT apresenta 5.129 matriculados, além de Paratinga no mesmo estado, totalizando 5.535 matriculados. Conforme dados do INEP, no estado de Mato Grosso do Sul 100% da oferta do curso de Serviço Social na modalidade a distância encontra-se nas instituições públicas, como observamos na Tabela 5, e na modalidade presencial o curso não é oferecido em instituições públicas no MS, conforme Tabela 6. Identificamos assim que em MS o sistema educacional de ensino superior está de forma expressiva privatizado, enfatizando as políticas neoliberais, que fomentam a mercantilização da educação superior.

Corroborando com Bittar, Oliveira e Lemos (2001, p. 126), que afirmam que “esse processo de mercantilização, na educação superior, ocorreu em parte pelo crescimento acelerado da oferta de vagas via setor privado”.

A seguir apresentaremos nas Tabelas 7 e 8 conforme dados estatísticos do INEP a caracterização da educação superior na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, em termos de distribuição de matrículas por gênero (FEM/MAS).

Comparativo de distribuição de matrículas por sexo (FEM/MAS)

Tabela 7 – Distribuição de matrícula na região do Centro-Oeste por sexo (MAS/FEM)

Ano	CENTRO-OESTE							
	Pedagogia				Serviço Social			
	Presencial		EAD		Presencial		EAD	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
1995	10.152	1.158	–	–	919	63	–	–
1996	11.080	1.324	–	–	887	102	–	–
1997	12.098	1.150	–	–	999	44	–	–
1998	13.984	1.345	–	–	1.020	52	–	–
1999	15.650	1.560	–	–	1.069	51	–	–
2000	20.264	2.259	698	115	1.352	86	–	–
2001	28.835	3.253	974	596	1.380	100	–	–
2002	38.478	3.754	1.132	627	843	714	–	–
2003	40.828	4.282	2.678	272	1.611	126	–	–
2004	40.081	4.237	2.087	223	1.519	113	–	–
2005	33.483	3.491	1.906	374	1.567	134	–	–
2006	29.552	2.815	783	419	1.658	152	–	–
2007	25.905	2.642	5.758	743	1.982	185	2.001	302
2008	23.324	2.736	10.302	1.530	2.313	241	5.922	1.009
2009	23.147	1.907	12.150	1.790	2.717	233	9.938	1.838
2010	26.314	2.329	12.792	1.211	4.071	399	14.189	1.882
2011	27.477	2.282	14.718	1.274	4.118	383	14.707	1.555
2012	25.809	2.047	25.448	2.095	4.388	441	22.031	2.442
Total Geral	446.461	44.571	91.426	11.269	34.413	3.619	68.788	9.028
1995/2003 Δ%	302,1	269,7	283,3	136,5	75,3	100	–	–
2003/2011 Δ%	–32,7	–46,7	449,5	368,3	155,6	203,9	634,9	414,9
2011/2012 Δ%	–6,0	–10,3	72,9	64,4	6,5	15,1	49,7	57,0

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

A Tabela 7 mostra o crescimento de matrículas de alunos do sexo masculino na Região Centro-Oeste, onde em 2012 se registraram 2.442 matrículas no curso de Serviço Social na modalidade a distância, para 3.619 no curso presencial. Observamos que no período de 2003-2011 ocorreu um aumento significativo de 414, 9% de matrículas referentes ao sexo masculino. Com relação à Pedagogia na educação a distância registrou-se 11.269 matriculados. Vale explicitar que nos dois cursos a profissão nasce com a presença expressiva do sexo feminino. Observa-se que na região Centro-Oeste ocorre um aumento de matrícula do sexo masculino em ambos os cursos na educação a distância, porém é válido destacar que o curso de Serviço Social no período de 2003-2011 apontou um crescimento de 414,9%, enquanto o curso de Pedagogia registrou 368,3% no mesmo período.

Tabela 8 – Distribuição de matrícula em Mato Grosso do Sul por sexo (MAS/FEM)

ANO	MATO GROSSO DO SUL							
	Pedagogia				Serviço Social			
	Presencial		EAD		Presencial		EAD	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
1995	2.064	251	–	–	254	21	–	–
1996	2.089	298	–	–	252	15	–	–
1997	2.598	273	–	–	237	11	–	–
1998	2.549	379	–	–	227	15	–	–
1999	3.574	557	–	–	246	11	–	–
2000	4.332	623	–	–	253	14	–	–
2001	5.327	690	–	–	215	11	–	–
2002	6.380	833	158	31	213	14	–	–
2003	6.711	868	294	46	270	20	–	–
2004	6.055	680	604	87	363	27	–	–
2005	5.223	609	700	96	522	41	–	–
2006	4.492	451	783	419	628	58	–	–
2007	3.763	362	2.700	349	728	59	2.001	302
2008	3.846	356	4.981	652	827	80	5.922	1.009
2009	3.737	341	7.067	857	801	56	9.938	1.838
2010	5.364	454	9.995	868	1.708	156	14.189	1.882
2011	3.842	372	13.822	1.102	854	65	14.707	1.555
2012	3.374	348	24.508	1.905	589	47	22.031	2.442
Total Geral	75.320	8.745	65.612	6.412	9.187	721	68.788	9.028
1995/2003 Δ%	225,1	245,8	86	48,3	6,3	-4,8	–	–
2003/2011 Δ%	-42,7	-57,1	4601,3	2295,6	216,3	225	634,9	414,9
2011/2012 Δ%	-12,2	-6,4	77,3	72,8	-31	-27,7	49,7	57

Fonte: Elaborado a partir de dados do censo da educação superior brasileira: 1995-2012.

A Tabela 8 demonstra o crescimento de matrículas com relação ao sexo masculino, no Estado de Mato Grosso do Sul. Podemos observar que no período de 2003-2011 o crescimento das matrículas do sexo masculino na modalidade a distância no curso de Pedagogia foi de 2295,6% e no curso de Serviço Social, de 414,9%. Tal crescimento propicia mudança na história de ambos os cursos, uma vez que nasceram sob a influência e presença do sexo feminino. Os dados registram que no período de 2011-2012 em ambos os cursos na modalidade a distância houve um aumento expressivo do sexo masculino, destacando: 72,8% no curso de Pedagogia e 57% no curso de Serviço Social.

Considerações finais

Identificamos que as políticas educacionais desenvolvidas na década de 1990 determinam alterações importantes na configuração da educação superior nacional. Nesse sentido Bittar, Oliveira e Lemos (2012, p. 126) afirmam que “[...] desde a aprovação da LDB, foram definidas e implementadas políticas pautadas pelos princípios da

flexibilidade, da competitividade e da avaliação, que foram capazes de reestruturar o sistema de educação superior”.

Por meio dos dados do INEP no ano de 2008 na região Centro-Oeste, observamos o aumento da oferta de vagas nos cursos de Pedagogia, totalizando 11.832 matrículas na educação a distância. É válido ressaltar que o ano anterior registrava 6.501 matriculados no curso de pedagogia. Já em 2012 ocorre um aumento de 72,2% com 27.543 matriculados no mesmo curso. O período de 2003-2011 tem um crescimento de 442,1% de matrícula na graduação a distância no curso de Pedagogia na Região Centro-Oeste e em MS identificamos, conforme Tabela 1, o aumento expressivo de 4289,4%.

Com relação aos dados apresentados identificamos uma diferenciação quando esta é apontada em percentual, diferente da perspectiva visualizada quando o quantitativo é apresentado em números. A pedagogia na modalidade a distância totaliza 102.695 (Tabela 1) matriculados e o curso de Serviço Social 77.816 (Tabela 5) matrículas na região Centro-Oeste. Entretanto, quando analisada por meio de dados percentuais, no período de 2003-2011 a Pedagogia apresenta um aumento de 442,1% e o Serviço Social de 606,1% nas matrículas na modalidade educação a distância. A forma de apresentação dos dados interfere na interpretação que o leitor realiza dos mesmos, ou seja, mesmo apresentando um número maior de matriculados, a Pedagogia tem uma expansão percentual menor do que o curso de Serviço Social na região Centro-Oeste.

Identificamos assim a expansão, privatização e mercantilização da educação superior, uma vez que o estado de Mato Grosso do Sul registra, conforme dados estatísticos do INEP, no curso presencial de pedagogia um total geral de 84.065 matriculados (Tabela 2), sendo 61,5% em instituições privadas, e a distância, 72.024 matriculados (Tabela 3) com 93,4% em instituições privadas.

Já o curso de Serviço Social no estado de MS na modalidade presencial totaliza 9.908 matrículas em instituições privadas e 77.816 (Tabela 4) na modalidade a distância. Quando comparado com a Região Centro-Oeste observamos, conforme (Tabela 4), que esta apresenta um aumento de 159,1% e o MS de 216,9% na mesma modalidade. Notoriamente, a modalidade a distância tem um aumento expressivo de 606,1% no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 2003-2011. Destacamos que o curso de Serviço Social tem característica diferenciada da Pedagogia, uma vez que este é ofertado apenas em Instituições privadas em ambas as modalidades no estado, sendo necessária a criação e implantação do curso de Serviço Social em instituições públicas.

Este cenário representa os resultados das políticas neoliberais implantadas na educação superior. Nesse sentido Bittar, Rodriguez e Almeida (2006, p. 68) colocam que:

[...] as políticas públicas de educação superior foram desenvolvidas na perspectiva da reforma do estado preconizada pela perspectiva neoliberal, que teve como consequência a retração de investimentos públicos e implementação de políticas educacionais que favoreceram o crescimento da iniciativa privada, seguindo, assim, as orientações das agências financiadoras internacionais, pautadas na privatização e no desmonte dos serviços públicos.

Outro fator a ser destacado concerne o governo: o período de 2003 a 2011, governo Lula, demonstra uma característica inclusiva por meio de programas de políticas de inclusão social, destacando o Programa Fome Zero na área social, o Prouni nas IES privadas, o Reuni nas IFES e a educação a distância na educação superior envolvendo todas as categorias administrativas.

Em relação ao gênero, observamos que em ambas as profissões há prevalência maior do sexo feminino, devido à gênese dos referidos cursos, que têm seu início com mulheres. Salientamos que o ano de 2008 aponta uma mudança no cenário profissional de ambas as profissões, contanto com a presença relevante do sexo masculino, mudando a caracterização histórica das profissões. No curso de Pedagogia no ano de 2008 identificamos 1.530 matrículas do sexo masculino na educação a distância na Região Centro-Oeste, que no ano anterior contava com 743 matrículas. O sexo masculino no curso de Serviço Social também apresenta uma maior representatividade no ano de 2008, apontando um crescimento com 1.009 matrículas em comparação ao ano anterior, que indicava apenas 302 matrículas. Em Mato Grosso do Sul o sexo masculino tem um crescimento expressivo no curso de Pedagogia na modalidade EAD apontando 72,8% enquanto o Serviço Social registra 57%.

Os resultados apontados no artigo nos permitem visualizar a implantação, oferta e expansão da educação superior na modalidade EAD, destacando a implementação das políticas neoliberais iniciadas no mandato do governo de FHC que repercutiram na educação superior no governo Lula, destacando os programas desenvolvidos nesse nível de educação. Nesse sentido destacamos a institucionalização dos cursos nas modalidades a distância, ampliando as matrículas e contribuindo para a expansão das vagas nas IES públicas e privadas.

Observamos, ainda, que os cursos de Serviço Social na região Centro-Oeste são ofertados exclusivamente em IES privadas, onde nem sempre há o incentivo para pesquisa e extensão; tal realidade se difere daquela do curso de Pedagogia, ofertado em grande escala nas instituições públicas.

Nesse cenário de expansão da educação superior em ambos os cursos, privilegia-se o acesso por meio da modalidade EAD, reforçando a ótica das políticas neoliberais, aprofundando a análise de que a educação tem se transformado em mercadoria.

É notória a necessidade de discussão e acompanhamento pelas instituições no âmbito do Serviço Social, bem como na Pedagogia, uma vez que o curso de pedagogia no período de 2003-2011 tem um percentual negativo de -34,0% de matrícula, enquanto a educação a distância aumenta para 442,1% em quantitativo de matrícula. Inclusive, no período de 2011-2012 ocorre novamente um percentual negativo indicando -6,4%, na modalidade presencial enquanto que a modalidade a distância no mesmo período aumenta para 72,2% (Tabela 1). O curso de Serviço Social também aponta um crescimento

de 50,5% na modalidade a distância neste período e um aumento de 606,1% no período de 2003-2011 (Tabela 4).

Observamos que a educação a distância é um fenômeno da educação superior e que tal modalidade oportuniza a oferta e expansão desse nível de educação. Entretanto, é necessário observar que a oferta de vagas é distribuída com maior ênfase pelas IES privadas. A mercantilização da educação apresenta contradições importantes: favorece a ampliação de vagas, mas amplia as possibilidades de lucro das IES privadas; amplia o acesso a educação, mas determina que a maioria dos sujeitos, ou o Estado, pague por isso. Ou seja, a expansão da educação superior é realizada, mas as lacunas determinadas pelo sistema capitalista deixam fraturas que não caracterizam essa educação superior como democrática.

Os dados evidenciam a expansão e ampliação do número de matriculados por meio da modalidade EAD, entretanto os dados mostram um percentual mais expressivo nas instituições privadas. Ao longo do estudo observamos o desafio proposto ao Estado de viabilizar vagas e criar cursos em instituições públicas a fim de possibilitar a gratuidade e democratização do ensino superior, bem como, maiores condições de acesso e permanência em instituições públicas.

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Institucional – quem somos**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/paginas/ver/1>>. Acesso em: 1 ago. 2014.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; LEMOS, Jandernaide. Reforma da Educação Superior a partir dos anos 1990 e suas repercussões na Região Centro-Oeste. **Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n.2, p. 123-137, maio/ago. 2011.
- BITTAR, Mariluce; RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel. Educação superior em Mato Grosso do Sul: 1991-2004. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Org). **Educação superior brasileira 1991-2004: Mato Grosso do Sul**. Brasília: INEP, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.800/2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior brasileira: 1995-2012**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Portal Brasil. **Saiba como funciona o sistema de ensino superior no Brasil**. 13/11/2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61:decreto-no-5622-19122006-decreto&catid=14:dec_retos&Itemid=44>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- BRITO, Rosa Mendonça de. Breve histórico do curso de pedagogia no Brasil. **Revista Dialógica**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2006. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/1breve_historico_curso_pedagogia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- CASTRO, Manuel Henrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2010.
- COSTA, Jociane Rocha de Macedo. **O processo de institucionalização da educação a distância no Brasil**. 2012. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49813/000850605.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- DURLI, Zenilde; SCHEIBE, Leda. Curso de pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente. **Revista Educação em Foco**, ano 14, n. 17, p. 79-109, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacao-emfoco/article/view/104>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- HISTEDBR. **Períodos**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Curso de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/graduacao/servico-social>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- RIBEIRO, Mônica Luiz de Lima; MIRANDA, Maria Irene. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia: análise histórica e política, 2008**. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC13.pdf>>. Acesso em: out. 2014.
- SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 521-539, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/view/321/289>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

OS PRIMEIROS tempos: a educação pelos Jesuítas. UNESP, Univesp TV, 2010a. (20 min). Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/109>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica**. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/110>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Entrevista com o Professor Jamil Cury sobre a LDB**. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/76>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

UNIPAC/UDI. Universidade Presidente Antonio. Faculdade Antonio Carlos de Uberlândia. **Quando surgiu o serviço social no Brasil**. 29 mar. 2011. Disponível em: <<http://servicosocialunipacudi.blogspot.com.br/2011/03/quando-surgiu-o-servico-social-no.html>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

VIEIRA, Suzane da Rocha. A trajetória do curso de pedagogia – de 1939 a 2006. In: 1º Simpósio Nacional e XX Semana da Pedagogia. 11 a 13 de novembro, 2008, Uniãoeste, Cascavel – PR. **Anais...** Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Recebido em: 21/12/2014

Aprovado em: 20/10/2015